



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
33ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2019.0000016515

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 1000233-78.2015.8.26.0543, da Comarca de Santa Isabel, em que é apelante RENATO APARECIDO CARAÇA ALMEIDA, é apelado FELIPE SOUZA DE BARROS (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 33ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores SÁ DUARTE (Presidente) e LUIZ EURICO.

São Paulo, 21 de janeiro de 2019.

EROS PICELI
RELATOR
ASSINATURA ELETRÔNICA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
33ª Câmara de Direito Privado

Apelação nº 1000233-78.2015.8.26.0543
Comarca: Santa Isabel - Foro de Santa Isabel - 2ª Vara
Apelante: Renato Aparecido Caraça Almeida
Apelado: Felipe Souza de Barros

Ação de indenização por danos materiais, morais e lucros cessantes – acidente de trânsito – motocicleta atingida por veículo - demonstração que o acidente ocorreu por culpa do motorista do veículo – ausência de prova que demonstre que o autor foi responsável pelo ocorrido ou que tenha concorrido para o acidente – danos materiais e morais configurados – valor reduzido – lucros cessantes não existentes – ausência de diferença entre o salário do autor e o benefício recebido do INSS – apelação provida em parte.

Voto nº 43.084

Vistos.

Ação de reparação por danos decorrente de acidente de trânsito julgada procedente para condenar a ré a pagar danos materiais no valor de R\$ 5.438,73, com correção pela tabela do Tribunal de Justiça e juros de mora de 1% ao mês da citação; lucros cessantes de R\$ 8.187,20 e danos morais de R\$ 20.000,00, nos termos da sentença proferida pela M. Juíza Cláudia Vilibor Breda.

Ainda, o réu foi condenado ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em R\$ 5.000,00.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
33ª Câmara de Direito Privado

O réu apela e pede a reforma da sentença porque contrária às provas dos autos. Não ficaram demonstrados os danos alegados. Diz ser caso de improcedência da ação.

De qualquer forma, pretende seja reduzido o valor das indenizações objetos da condenação.

Recurso sem preparo, dada a gratuidade da justiça, fls. 164, e respondido.

É o relatório.

Segundo a inicial, em 1.6.2015, por volta das 21h30min, o autor transitava com sua motocicleta Honda CG 150 Titan, placa CZT 5447 pela avenida Benedito Rodrigues de Freitas, centro de Igaratá/SP, quando foi atingido pelo automóvel da marca Volkswagen, modelo Gol 1.0, placa EEX 4664, de propriedade do réu, que dirigia em alta velocidade, causando danos na motocicleta e lesões ao autor, que o impossibilitaram de exercer o trabalho durante um período considerável.

O réu diz que houve culpa exclusiva da vítima que dirigia sua motocicleta de modo imprudente e com excesso de velocidade, o que não ficou demonstrado.

Não há nos autos qualquer indício de que o autor tenha sido responsável ou concorrido para o acidente, até porque ela vinha na mão correta de direção quando foi surpreendido pelo automóvel conduzido pelo réu, que invadiu a contramão de direção. Tudo conforma os relatos da testemunha do autor e do próprio réu.

Desse modo, demonstrada a responsabilidade do réu na condução do seu veículo pelo ocorrido, correta a sua condenação pelos danos sofridos pelo autor.

Quanto aos danos materiais, a nota fiscal de serviços, fls. 109, demonstra o total dos gastos com o conserto da motocicleta avariada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
33ª Câmara de Direito Privado

As lesões sofridas, a intervenção cirúrgica a que foi submetido, o tempo de tratamento configuram os danos morais sofridos pelo autor. São devidos, mas a quantia de R\$ 20.000,00 é exagerada para o caso concreto, consideradas as lesões sofridas pelo autor (fratura de fêmur) e a capacidade financeira dos envolvidos. Fica fixado em 15.000,00 (quinze mil reais).

Em outro ponto o recurso merece ser acolhido. Os lucros cessantes não são devidos. Embora tenha o autor ficado afastado do trabalho por cerca de 7 (sete) meses, também é certo que recebeu auxílio-doença no período. Este juiz também entende que o valor do benefício previdenciário não deve ser descontado em caso de pagamento de pensão por incapacidade permanente. Não é o caso, onde o período considerado tem natureza de lucros cessante e já foi coberto pela Previdência, considerando que o autor já havia saído do emprego no mesmo dia do acidente.

Assim, considerado o salário recebido pelo autor à época do acidente de R\$ 1.169,36, fls. 149, e o benefício recebido do INSS, auxílio-doença, fls. 100, não há sequer diferença a ser paga ao autor, nem em relação ao tempo em que permaneceu afastado do trabalho.

Cabe observar que o auxílio-doença é calculado com base na média da remuneração. Assim, não há diferença a ser recebida, pois o benefício já reflete o salário do autor.

Do exposto, dá-se provimento em parte à apelação, para afastar da condenação a indenização por lucros cessantes e reduzir os danos morais, mantida no mais a sentença.

Eros Piceli
Relator